

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

PATRÍCIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

**A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Licenciatura em Educação Física da
UFES: uma análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso**

**VITÓRIA
2026**

PATRÍCIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

**A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Licenciatura em Educação Física da
UFES: uma análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Educação Física e Desportos da
Universidade Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Educação Física. Orientador: Prof.
Dr. André da Silva Mello

**VITÓRIA
2026**

RESUMO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) é uma temática que eu tenho me debruçado há três anos, ao longo de duas Iniciações Científicas em que tive a oportunidade de realizar. Nessas iniciações, foi possível constatar que a temática é abordada de maneira incipiente nas aulas de Educação Física, em escolas da Educação Básica. Os resultados provenientes das iniciações apontaram que há lacunas para que essa temática não fosse abordada adequadamente, dentre elas, sobressai a falta de conhecimento por parte dos(as) professores(as). Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é identificar, por meio dos trabalhos de conclusão de curso, se a temática da educação para as relações étnico-raciais tem sido abordada no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, do tipo Estado do Conhecimento. No período de 10 anos (2015-2025), foram encontrados 11 trabalhos sobre a ERER. Os resultados obtidos neste estudo indicam uma mobilização insuficiente da temática das no curso analisado, uma vez que apenas 3,08% (11 TCCs), das 356 produções examinadas, focalizam o tema. Esse dado evidencia, ainda, a dificuldade de implementação da temática no currículo que orienta a formação inicial docente no curso de Licenciatura em Educação Física da UFES. Conclui-se que é indispensável refletir sobre a construção de um currículo decolonial, que contemple políticas afirmativas relacionadas à ERER.

Palavras-chave: Educação Física. Formação Inicial. Relações étnico-raciais.

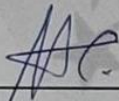
PATRÍCIA DO ROSÁRIO ALMEIDA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA
UFES: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO**

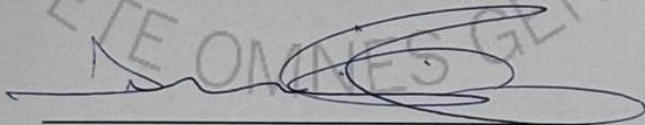
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao
Curso de Educação Física - Licenciatura, do Centro de
Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado em
Educação Física.

Aprovado em 09 / 02 / 2026

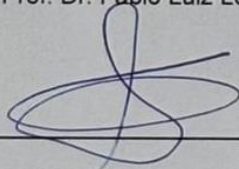
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. André da Silva Mello



Prof. Dr. Fábio Luiz Loureiro



Prof. Dr. Rosely Maria da Silva Pires

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Educação Física e Desportos
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário - Goiabeiras
Vitória/ES
Cep. 29075-910

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	7
A. OBJETIVO GERAL	7
B. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3. JUSTIFICATIVA	8
4. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL	10
5. METODOLOGIA	13
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
8. REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)¹ é uma temática que eu tenho me debruçado há três anos, ao longo de duas Iniciações Científicas que tive a oportunidade de realizar, sendo a primeira financiada pela FAPES (2022/2023) e a segunda pelo CNPq (2023/2024). Na primeira iniciação, finalizada em 2023, analisei a ERER nas instituições de Educação Infantil no município de Vitória/ES, por meio da narrativa de professores(as) de Educação Física que atuam na rede pública municipal. E o foco da segunda IC, finalizada em 2024, foi analisar o trabalho pedagógico, na perspectiva indígena, mobilizado pela área da Educação Física no Brasil. Para isso, realizei um estudo bibliográfico.

A lei 11.645/08, em complemento a Lei 10.639/03, acrescenta o ensino da história e da cultura indígena, ao lado da história e da cultura afro-brasileiras e africanas, em todas as etapas da Educação Básica. Contudo, apesar da existência dessas leis, há um descompasso entre as prescrições legais e as práticas sociais. Em pesquisa realizada pelo Instituto Alana Geledés e o Instituto Mulher Negra, em 2022, verificou-se que, de 1.187 Secretarias Municipais de Educação do Brasil, o que corresponde a 21% dos municípios brasileiros, mais de 70% dessas unidades federativas não cumprem o que foi determinado pelas referidas leis. Essa omissão, reforça a perpetuação do racismo em nossa sociedade.

O racismo, como afirma Almeida (2021, p. 32-34):

[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

No contexto educacional brasileiro, essa problemática tem se mostrado cada vez mais evidente, revelando a necessidade de que a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais seja abordada de maneira consistente nas instituições de ensino da Educação Básica. Tal abordagem configura-se como uma estratégia fundamental para o enfrentamento das práticas discriminatórias, que historicamente têm colocado crianças negras e indígenas em posições de subalternidade no ambiente escolar e na sociedade, de modo geral.

1 A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) é um conjunto de ações educacionais que visam promover a conscientização sobre a pluralidade étnico-racial, o respeito aos direitos de todos e a luta contra o racismo e a discriminação. A ERER é obrigatória em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, conforme previsto nas Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Nos processos de análises, proveniente das Iniciações Científicas realizadas, foi possível notar uma lacuna que dificulta que essa temática seja contemplada de maneira eficiente: a abordagem incipiente do tema nos cursos de formação inicial. Nesse sentido, as discussões que abordem a EREER tornam-se necessárias em ambientes de formação inicial, sobretudo, em cursos de licenciatura, que são cursos formadores de futuros profissionais que irão atuar nos contextos escolares. Esses profissionais deverão abordar, pela obrigatoriedade da lei, questões relacionadas à diversidade étnico-racial e cultural que nos constitui e enfrentar situações cotidianas associadas ao racismo e ao preconceito.

Diante do cenário apresentado, se faz necessário analisar, através de produções encontradas nos Trabalhos de Conclusão de Curso, do curso de licenciatura de Educação Física da UFES, se as questões relativas a EREER têm sido fomentadas, tendo em vista a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiras, africanas e indígenas em todas as etapas da Educação Básica, perante a Lei 11.645/08.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar, por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso, se a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais tem sido abordada no curso de Licenciatura em Educação Física da UFES.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o quantitativo de Trabalhos de Conclusão de Curso que mobilizam a temática da ERER no curso de Licenciatura em Educação Física da UFES.
- Discutir a importância dessa temática para a superação do racismo estrutural existente em nossa sociedade e que coloca a população negra e indígena em uma condição de subalternidade social.

3. JUSTIFICATIVA

A Educação para as Relações Étnico-Raciais é um direito dos(as) alunos(as), instituído por legislações, como as Leis 10.639/03 e a 11.645/08, que garantem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras, africanas e indígenas em todas as etapas da Educação Básica. Porém, ainda que existam legislações como forma de enfrentar o preconceito presente nas instituições de ensino, alunos(as) negros(as) e indígenas ainda têm tido suas identidades e culturas colocadas em posições de invisibilidade e silenciadas nos contextos escolares em que se encontram.

Entendemos o currículo como texto, representado pelo “[...] livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas” (SILVA, 2007, p. 101), e como ações pedagógicas, as quais estão impregnadas de narrativas étnicas e raciais. Desse modo, o currículo transcende o prescrito e estrutura-se também na prática cotidiana, pelas relações das crianças com seus pares, com os(as) profissionais das instituições de ensino e com o próprio conhecimento.

No decorrer das análises realizadas nas duas Iniciações Científicas, descritas na introdução, identificamos que uma lacuna que dificulta que essa temática seja contemplada de maneira eficiente na Educação Básica: a abordagem superficial da EREER nos cursos de formação inicial. Na primeira Iniciação Científica realizada, constatei que boa parte dos(das) docentes afirmam desconhecerem as referidas leis, como indica o excerto abaixo, retirado do texto de Almeida, Bolzan e Mello (2023, p. 11):

A falta de conhecimento é outra dimensão apontada pelos(as) professores(as) como desafio para trabalhar a EREER nos CMEIs de Vitória/ES. Muitos(as) docentes alegaram que não se sentiam preparados(as) para desenvolver as suas práticas pedagógicas com essa temática.

Considera-se a formação inicial docente como um espaço estratégico para promover discussões acerca da EREER. Nesse contexto, é fundamental que os futuros professores desenvolvam conhecimentos e competências que lhes permitam cumprir a legislação vigente e atuar de maneira efetiva com práticas pedagógicas propositivas, diante de situações de discriminação que ocorrem no cotidiano escolar.

A opção por uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo Estado do Conhecimento, decorre dos objetivos propostos neste estudo. Conforme já mencionado, uma das lacunas identificadas nas pesquisas de iniciação científica — que dificulta a abordagem

mais qualificada da temática nas instituições de educação básica — refere-se ao desconhecimento da temática por parte dos(as) professores(as). Tal constatação suscita o questionamento acerca das razões que sustentam essa ausência de conhecimento. Nesse sentido, emergiu o interesse em investigar se a temática da EREER tem sido mobilizada no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, a partir da análise dos trabalhos de conclusão de curso apresentados e defendidos em um recorte temporal de dez anos (2015–2025).

Consideramos a importância de compreender o currículo como lugar de poder, como texto que (re)produz discursos da sociedade racista, eurocentrada e que coloca conhecimentos, histórias e culturas afrodescendentes em posição de inferioridade. Em sentido contrário a esse modelo curricular, neste estudo, focalizamos as questões relativas a EREER mobilizadas nos TCCs do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, a fim de dar visibilidade às produções que buscam romper com esse problema que afeta a vida de milhões de brasileiros.

4. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

Alinhados às discussões sobre diversidade epistemológica no âmbito das ciências humanas e sociais, os estudos sobre os currículos escolares têm se intensificado. Quanto mais ampliados o direito à educação, a universalização da Educação Básica e a democratização do acesso ao Ensino Superior, mais entram nesses espaços pessoas antes invisibilizadas e que tencionam os currículos colonizados/colonizadores a se transformarem em propostas emancipatórias (Gomes, 2012).

A afirmação de que somos todos iguais tem colaborado para a perpetuação de práticas meritocráticas e para a negação de dívidas históricas com as minorias que foram/são excluídas, exploradas e silenciadas, desconsiderando as suas lutas e as desigualdades que constituem e estruturam a nossa sociedade. Em sentido oposto, Candau (2013) defende que, na esfera educacional, as diferenças devem ser identificadas, reveladas e valorizadas.

Silva (2007, p. 490) aponta que a Educação das Relações Étnico-Raciais tem como objetivo

[...] a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Em outros termos, a EREER contribui para a formação de sujeitos conscientes de seu lugar no mundo e da diversidade que constitui a sociedade, marcada pela coexistência de múltiplas culturas, etnias, valores e costumes. Tal perspectiva reconhece que cada um desses grupos possui importância histórica, social e cultural na construção da sociedade, devendo, portanto, ser reconhecidos, valorizados e respeitados.

A lei 11.645/08, em complemento a Lei 10.639/03, acrescenta o ensino da história e da cultura indígena ao lado da história e da cultura afro-brasileiras e africanas em todas as etapas da Educação Básica. Sua implementação no âmbito das instituições educacionais ultrapassa a mera abordagem de conteúdos relacionados à África ou aos povos indígenas, configurando-se como um compromisso com o reconhecimento histórico, social e cultural desses grupos, bem como com a valorização de suas contribuições para a constituição da sociedade. Da Silva, Dias, Nunes, Damião, Nogueira e Alves (2025) apontam que implementar a temática das relações étnico-racial é:

Reconhecer que existem outras matrizes de pensamento, notadamente as africanas e indígenas, que oferecem caminhos para uma educação brasileira emancipatória. Esta emancipação começa quando o currículo permite que o sujeito (a criança, o jovem) reconheça a si e ao outro como produtores de história e cultura, superando a lógica do epistemicídio.

Nesse sentido, os autores ressaltam a relevância do papel do(a) professor(a) no processo de reconhecimento identitário dos estudantes. É por meio do conhecimento da história e da cultura que os alunos passam a reconhecer as suas identidades, valores e importância enquanto sujeitos sociais. Destaca-se, ainda, que para a atuação docente promover impactos significativos na formação dos estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade efetivamente antirracista:

É preciso deslocar o próprio eixo epistemológico que sustenta o conhecimento educacional. Este eixo, historicamente eurocêntrico, colonial e produtivista, invisibilizou sistematicamente outros modos de "ser e estar no mundo". A ERER, neste contexto, não é um adendo curricular, mas uma nova epistemologia (Da Silva, Dias, Nunes, Damião, Nogueira e Alves, 2025, p. 6).

Para além das legislações mencionadas anteriormente, outras políticas públicas voltadas para a ERER permeiam o campo educacional, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as quais, conforme destacam os autores, desempenham papel fundamental na orientação das práticas pedagógicas e na efetivação de uma educação antirracista.

A obrigatoriedade deste campo não visa uniformidade, e sim oferecer referências e critérios para implantarmos, avaliarmos e reformulamos ações, em regime de colaboração federativa — com ênfase na formação de professores (as) e no envolvimento comunitário. Também convocam à crítica das representações nos materiais didáticos, à valorização da oralidade e da arte, e a Projetos Político Pedagógicos com participação do Movimento Negro e das comunidades locais. (Da Silva, Dias, Nunes, Damião, Nogueira e Alves, 2025, p.5)

Sob essa perspectiva, além das leis e diretrizes que orientam os(as) professores(as) quanto às suas práticas pedagógicas — neste estudo, especificamente relacionadas às relações étnico-raciais — existem também políticas públicas voltadas para a formação inicial docente. Ressalta-se a importância de utilizar o espaço da formação inicial para abordar essa temática, de modo a possibilitar a construção de conhecimentos fundamentados que possam ser posteriormente aplicados em práticas pedagógicas futuras. O Conselho Nacional de Educação, pela Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 (DOU nº 118, 22/6/2004, Seção 1, p. 11), com base no Parecer CP/CNE nº 3, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação, em 19 de maio de 2004, instituiu

Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições, em todos os níveis e ensino, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

Para além do enfoque na formação inicial docente amparada pela referida resolução, é igualmente relevante considerar os cursos de formação continuada, os quais propiciam aos(as)

professores(as) a reflexão crítica sobre a realidade vivenciada nas instituições de ensino. Nessas formações, práticas discriminatórias são frequentemente observadas e experienciadas, e a formação continuada constitui um espaço estratégico para que os(as) docentes desenvolvam ações pedagógicas que promovam e contemplem a diversidade étnico-racial. Nesse sentido, através dos cursos de formação continuada, foi possível notar que os(as) professores(as) “[...] passaram a dominar alguns conceitos e conhecimentos, colaborando para formularem respostas às manifestações de racismo na escola” (Dias, 2012, p. 671).

Nesse contexto, é fundamental que as instituições de ensino, especialmente aquelas voltadas à formação inicial docente, atentem para a estrutura curricular que orienta a formação acadêmica dos futuros professores. Com frequência, os currículos ainda não contemplam de maneira adequada normas e diretrizes relacionadas à diversidade étnico-racial, ou restringem a temática a algumas disciplinas específicas, o que compromete sua abordagem com a seriedade e a relevância necessárias para a formação docente voltada à (re)construção de uma sociedade mais justa. Torna-se, portanto, imprescindível pensar em um currículo decolonial², que integre de forma consistente o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, com o objetivo de promover a superação do racismo, que como aponta Santos (2022), está pautado na valorização da população negra e equidade racial, e abre espaços para diálogos a fim de combater o racismo presente nos contextos escolares, que muitas vezes, são camuflados.

5. METODOLOGIA

2 [...] Podemos dizer que a pedagogia decolonial refere-se às teorias-práticas de formação humana que capacitam os grupos subalternos para a luta contra a lógica opressiva da modernidade/colonialidade, tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livres, amorosos, justos e solidários. (MOTA NETO, 2016, p. 318).

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, do tipo Estado do Conhecimento. Vosgerau e Romanowski (2014) afirmam que esse modelo de pesquisa busca identificar, categorizar e analisar publicações sobre um determinado tema, em uma área específica do conhecimento, tendo como balizamento, pelo menos, uma fonte de publicação.

O foco desta pesquisa consistiu em analisar se a EREER tem sido fomentada no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. Para tanto, o estudo baseou-se, exclusivamente, na análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), considerando um recorte temporal de dez anos, compreendendo o período de 2015 a 2025.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que a identificação das produções que contemplam a educação das relações étnico-raciais teve como objetivo principal discutir, ao longo do período analisado, questões relativas à EREER. A seleção das produções foi realizada mediante a leitura e análise criteriosa dos títulos e resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), com o objetivo de identificar aqueles que contemplam aspectos relacionados à valorização, à história e à cultura afro-brasileira e indígena, bem como às suas manifestações. Esse procedimento possibilitou a delimitação dos estudos alinhados ao objeto da pesquisa, tendo como referência os descritores “Relações étnico-raciais” e “Racismo”. Os trabalhos quantificados foram sistematizados em um quadro, organizado de acordo com o ano de publicação da produção, nome do autor, título e resumo.

Para a realização da presente pesquisa, a fonte utilizada para o levantamento dos dados foi o acervo de TCCs disponibilizado no site do curso de Licenciatura em Educação Física. As produções foram organizadas em dois recortes temporais. O primeiro corresponde ao período de 2015 a 2019, no qual foram identificadas 194 produções acadêmicas; desse total, apenas cinco abordaram a temática das relações étnico-raciais, o que representa 2,57% das produções no período.

O segundo recorte compreende o período de 2020 a 2025, no qual foram contabilizadas 162 produções acadêmicas, das quais apenas seis trataram da temática, correspondendo a 3,7% do total. Considerando o período completo analisado, observa-se que nos anos de 2015 e 2020 não houve nenhuma produção que contemplasse a temática das relações étnico-raciais. Já nos anos de 2016, 2017, 2019, 2021, 2022 e 2023, registrou-se apenas uma produção por ano com essa abordagem. O ano de 2018 apresentou duas produções, enquanto 2025 destacou-se como o ano com maior número de trabalhos sobre a temática, totalizando três produções

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a produção de dados, foram analisadas OS TCCs apresentadas no curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ao longo de um período de dez anos, compreendido entre 2015 e 2025. A seleção dos trabalhos ocorreu a partir da análise dos títulos e resumos, com o objetivo de identificar aquelas produções que abordavam a temática das relações étnico-raciais. Os resultados obtidos, foram sistematizados no Quadro 1, que apresenta o ano de publicação, o(a) autor(a) do trabalho, o título e o respectivo resumo. Dentre os 356 TCCs apresentadas/defendidas no período analisado, foram selecionados 11 trabalhos que contemplaram a temática da ERE, a partir dos descritores utilizados, o que corresponde a, aproximadamente, 3,08% do total das produções analisadas.

Quadro 1 – TCCs que abordam a ERE no curso de Licenciatura em EF da UFES

	ANO	AUTOR	TÍTULO	RESUMO
1	2016	TALES NEWTON GOMES ALVARENGA SOARES	A CAPOEIRA COMO CONTEÚDO SÓCIO-HISTÓRICO: RELAÇÕES COM A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	Este artigo tem por objetivo identificar e analisar as relações possíveis entre a capoeira e a pedagogia histórico-crítica. Porém, não é objetivo do presente estudo reduzir a capoeira numa proposta única, mas sim, possibilitar avanços no seu processo de ensino. A pedagogia histórico-crítica relaciona diretamente com um conteúdo sócio histórico da capoeira e aponta para a construção de uma nova prática pedagógica articulada a um projeto histórico que rompe com o atual modelo de sociedade.
2	2017	THIAGO DA PENHA DOS SANTOS	EXTERMINIO DA JUVENTUDE NEGRA E POBRE NO BRASIL: PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E REIVENÇÃO DE SUJEITOS	Pode-se inferir que a realidade econômica dos jovens negros de periferia configura-se como um dos fatores que mais impulsiona a entrada de jovens na criminalidade. O presente trabalho, visa analisar como se dá entrada e saída do jovem, negro e pobre na criminalidade entendendo quais são os efeitos do decreto do bandido na subjetividade deste sujeito, além de entender quais os processos de resistência e enfrentamento à violência produzidos pelo sujeito e coletivos que o acolhem.
3	2018	LUIZA FRAGA TOSTES	O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Este artigo focaliza a centralidade das crianças nos processos educativos com a Capoeira e compartilha como suas singularidades individuais e coletivas, repercutiram possibilidades de intervenção com a Educação Física. Para tanto, realizou-se uma Pesquisa-Ação Colaborativa no cotidiano de um Centro Municipal de Educação Infantil, com um grupo de 50 crianças, de quatro e cinco anos de idade, durante 11 meses. Orientador: André da Silva Mello

4	2018	GABRIEL FIRME DOS SANTOS	PROJETO PET-EF E ESCOLA: O ENSINO DA CAPOEIRA, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	No presente estudo, analisamos as práticas desenvolvidas em uma oficina de capoeira realizada pelo grupo PET-EF, no Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), com um grupo de crianças, com faixa etária dos nove aos doze anos de idade. Como meio de apresentar as questões sobre o ensino da capoeira, atrelado aos tipos de preconceito: racial, de gênero, religioso e a respeito de uma marginalização da capoeira nos séculos passados, traremos o ensino da capoeira dentro de um contexto escolar. Contemplando a história, a ritualidade, musicalidade e a gestualidade dessa prática.
5	2019	RENATO NASCIMENTO JANDOSO JUNIOR	CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM REVISTAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA (2000-2018)	O estudo realizou levantamento e a caracterização da produção científica sobre a capoeira no ambiente escolar, veiculada entre 2000 e 2018, em sete revistas científicas da Educação Física - Licere, Motrivivência, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (USP), Revista da Educação Física (UEM), Movimento e Pensar a Prática visando a identificar o número de artigos publicados sobre o tema, a distribuição temporal da produção, a distribuição por instituição (natureza e localização), a distribuição por tipo de autoria, a distribuição por tipologia do texto e a caracterização dos autores segundo o gênero e titulação.
6	2022	RAMON MATHEUS DOS SANTOS E SILVA	EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRESCRIÇÕES CURRICULARES, ATIVIDADE DOCENTE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou compreender como as Propostas Curriculares para educação infantil dos municípios da Grande Vitória/ES regulam o ensino da Educação Física na primeira etapa da educação básica, bem como analisou o desenvolvimento do trabalho docente de professoras e professores de Educação Física nas instituições de educação infantil e as relações que estabelecem com as os documentos oficiais e os saberes da Educação Física contidos nessas normas.
7	2022	ARIEL BARCELOS VIEIRA BARBOSA	O jogo na educação física escolar como abordagem para discutir o racismo	O trabalho tem como tema central a possibilidade de novas abordagens dentro das aulas de educação física trazendo como base os jogos de origem africana, buscar entender o porquê a prática do racismo ainda continua sendo visível e onde se iniciou a interiorização dos negros, passando pelo comércio de escravos até o racismo institucionalizado presente na sociedade com a influência das mídias sociais.
8	2023	LUZ RÉGIA FLORINDA DIAS	EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise da utilização de bonecas e bonecos como elemento de representatividade racial nas Unidades Municipais de Educação Infantil de Vila Velha/ES	O presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento sobre a presença de boneca(os) negras (os) nas UMEIS (Unidades Municipais de Educação Infantil) de Vila Velha/ES. Utiliza como aporte teórico metodológico os estudos de Almeida (2019), Bento (2011), Cavalleiro (2005) e Munanga (1998) que ressaltam a importância de se problematizar as questões que envolvem o racismo presente nas estruturas da sociedade desde a educação infantil, especialmente a questão da representatividade das crianças negras.

9	2025	ISABELA DOS SANTOS DA COSTA FONSECA	AS MANIFESTAÇÕES DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA	As manifestações de matriz africana e afro-brasileira, que incluem lutas, danças, músicas e outras práticas corporais, são expressões ricas e significativas que refletem a resistência e a resiliência de um povo que, mesmo diante da discriminação, do racismo e do preconceito, contribuiu de forma incontestável para a formação da cultura brasileira. Orientador: André da Silva Mello
10	2025	JULIANA PESSANHA MOREIRA DE SOUZA	A CAPOEIRA COMO CONTEÚDO ANTIRRACISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	Este trabalho tem como objetivo discutir a Capoeira como um conteúdo pedagógico antirracista nas aulas de Educação Física escolar, destacando seu potencial para promover a valorização da cultura afro-brasileira e o combate ao racismo estrutural. A pesquisa, de caráter bibliográfico, analisa artigos científicos, livros e dissertações que abordam a Capoeira, sua história, práticas e relação com a educação antirracista.
11	2025	TATIANA CAMPOS BÔA	EDUCAÇÃO FÍSICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRIAS DE VIDA, RAÇA E GÊNERO NA DOCÊNCIA	Este estudo vincula-se à pesquisa denominada “Educação Física no nível inicial/educação infantil na Argentina e no Brasil: políticas educacionais, trabalho docente e ensino”, desenvolvida com o intuito de compreender as políticas educacionais que orientam a Educação Física (EF) na educação da primeira infância.

Por meio dos dados levantados, foi possível identificar: 1. A utilização da capoeira como conteúdo da Educação Física escolar para trabalhar com a EREER. Dos 11 trabalhos encontrados, cinco propõem trabalhar com a capoeira nas aulas dessa disciplina (Soares, 2016; Tostes, 2018; Santos, 2018; Junior, 2019; Souza, 2025). Para Abib (2004, p. 137):

A Capoeira garante aos seus praticantes recursos para criticar a sociedade, tida como contraditória, excludente e autoritária. O que se aprende durante o jogo da Capoeira se torna um aprendizado social, a partir do momento em que o aluno passa a conceber analogias entre a roda da capoeira e a ‘roda da vida’.

Dois trabalhos focalizam a EREER na Educação Infantil (Silva, 2022; Bôa, 2025). Desde a Educação Infantil, as crianças vão construindo representações do que significa ser negro em uma sociedade racista e excludente, por isso, trabalhar essa temática com crianças pequenas é algo de extrema relevância.

No convívio social, as crianças pequenas constroem as suas identidades, aprendem desde pequenas os significados de serem meninas ou meninos, negras e brancas e

experimentam nas relações do cotidiano da Educação Infantil a condição social de ser criança. (Finco & Oliveira, 2011).

Dois trabalhos encontrados mobilizam os jogos e brinquedos (bonecos/bonecas) para abordar a EREER nas aulas de Educação Física (Dias, 2023; Barbosa (2022)). Utilizar aspectos lúdicos é um potente recurso pedagógico, pois mobiliza a linguagem típica da infância (o brincar), para discutir uma temática tão relevante. Ao mediar a abordagem da EREER pela ludicidade, os(as) docentes podem contribuir para construção de aprendizagens significativas para as crianças.

O trabalho de Isabela dos Santos da Costa Fonseca faz um levantamento bibliográfico sobre a presença da EREER nos principais periódicos acadêmico-científicos da área, oferecendo a professores e pesquisadores da área um panorama de como essa temática tem sido abordada pela Educação Física brasileira.

Partindo do pressuposto de que a realidade dos jovens negros e pobres se configura como um dos fatos que mais impulsiona a entrada dos jovens na criminalidade, o trabalho realizado por Thiago da Penha dos Santos analisou como se dá a entrada e saída do jovem negro periférico na criminalidade, quais são os efeitos do decreto de bandido sobre os sujeitos, em suas subjetividades e os processos de resistência e enfrentamento da violência produzidos pelo sujeito e coletivos que o acolhem.

Dentre os(as) orientadores(as), os trabalhos levantados apresentam o seguinte quantitativo: 1. André da Silva Mello, orientou dois trabalhos, Tostes (2018) e Fonseca (2025); 2. Ueberson Ribeiro Almeida, orientou dois trabalhos, Bôa (2025) e Silva (2022); 3. Iguatemi Santos Rangel, orientou o trabalho de Dias (2023); 4. Erineusa Maria da Silva, orientou o trabalho de Souza (2025); 5. Fábio Luis Loureiro, orientou o trabalho de Soares (2019); 6. Rosely Maria da Silva Pires, orientou o trabalho de Santos (2017); 7. Omar Schneider, orientou o trabalho de Santos (2018); e 8. Ana Cláudia Silverio Nascimento, orientou o trabalho de Jandoso Junior (2019).

Embora o objetivo deste trabalho esteja voltado à análise dos TCCs de uma instituição de Ensino Superior, responsável pela formação de futuros professores que atuarão na Educação Básica, torna-se relevante lançar um olhar atento para o contexto educacional brasileiro, especialmente, no que diz respeito às práticas discriminatórias ainda presentes nesse nível de ensino. Observa-se que tais práticas permanecem fortemente enraizadas, resultando na recorrente colocação de pessoas negras em posições de inferioridade. Nesse contexto, a educação configura-se como uma aliada fundamental no enfrentamento dessas discriminações,

uma vez que desempenha papel central na formação de sujeitos críticos e conscientes, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Seguindo essa perspectiva, de uma educação que leve o educando a um pensamento crítico sobre a realidade, Paulo Freire (2013) vem apresentando uma educação, chamada educação libertadora ou problematizadora, que se opõe a educação bancária no sentido de que:

[...] não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. (Freire, 2013, p. 74)

Trata-se de uma concepção de educação que instiga o(a) estudante à construção de um pensamento crítico acerca da realidade social, configurando-se como um caminho viável para a superação de práticas discriminatórias no contexto escolar. Nessa perspectiva, o(a) estudante não se limita à assimilação de conteúdos ou à simples orientação normativa sobre o que é considerado correto ou incorreto; ao contrário, o conhecimento é construído de forma dialógica, em articulação com seus saberes prévios. Esse processo favorece a reflexão crítica e possibilita a ressignificação consciente de concepções e atitudes, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos.

Contudo, embora a educação se configure como uma importante aliada na tentativa de minimizar os preconceitos presentes no contexto escolar, observa-se que tais práticas discriminatórias ainda se mantêm fortemente presentes nas escolas. Uma das razões para essa permanência refere-se ao fato de que a temática das relações étnico-raciais ainda é pouco debatida e trabalhada no ambiente escolar, sendo, em muitos casos, restrita a abordagens pontuais, especialmente em datas comemorativas.

Conforme apontado por Almeida, Bolzan e Mello (2023, p. 11), em pesquisa realizada com professores de Educação Física da rede municipal de Vitória, que ao serem questionados sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas às relações étnico-raciais, parte dos docentes entrevistados, afirmaram não abordar a temática em razão da falta de informações e formação específica sobre o assunto, conforme evidenciado nos recortes apresentados.

A maior dificuldade seria a falta de informação quanto à temática, do corpo docente e funcionários e o receio de participar de ações justificadas por não serem conhecedores da causa.

Ainda existe muito preconceito por grande parte das pessoas. Muitas vezes pela falta de conhecimento.

O desafio é trabalhar no coletivo essas questões, o desafio é me deparar com questões que talvez eu não teria domínio [...]. Tenho medo de trabalhar essas questões, eu acho que precisa que todo corpo docente esteja

envolvido.

O estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena constitui um direito assegurado por lei aos estudantes de toda a Educação Básica. A Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), anteriormente modificada pela Lei nº 10.639/2003, estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial das redes de ensino. Nesse contexto, o ensino das relações étnico-raciais torna-se obrigatório em todas as etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil, reforçando a importância de uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial e cultural.

Assim como existem legislações que amparam o ensino da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica, existem também normas que amparam que essa temática seja contemplada ao longo da formação inicial e continuada de professores. Direcionado para o ensino superior, uma vez que a formação inicial se configura como um espaço privilegiado para a abordagem e o debate dessa temática em suas múltiplas dimensões. Nesse contexto, torna-se fundamental discutir tanto as diversas e ricas possibilidades pedagógicas de trabalhar a temática quanto a compreensão de como as práticas de discriminação racial se estruturam e se manifestam na sociedade, especialmente no âmbito das instituições de ensino, bem como as estratégias e ações voltadas ao seu enfrentamento e superação. Como destaca Negreiros (2017)

Entende-se que a formação de docentes é um dos principais eixos de ações para a educação das relações étnico-raciais tanto porque é efetivamente necessário habilitá-los para ministrar o conteúdo expresso pela legislação, quanto pela necessidade de mobilizá-los para o combate ao racismo na e por meio da escola. (Negreiros, p. 4)

Sob essa perspectiva, evidencia-se a extrema importância da construção de um currículo nas instituições de ensino superior que contemple de maneira mais ampla e consistente os pressupostos da decolonialidade, assegurando a visibilização e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena em suas múltiplas manifestações. Entretanto, ao analisarmos os resultados obtidos por meio da produção de dados para as discussões deste trabalho, observa-se que a quantidade de produções acadêmicas que abordam a temática das relações étnico-raciais é significativamente inferior quando comparada ao total de produções publicadas no período analisado. Tal constatação indica que, embora a temática seja fomentada no âmbito do curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ainda demanda maior atenção e aprofundamento. Isso se torna especialmente relevante considerando que o curso é

responsável pela formação de futuros professores que atuarão no contexto escolar, os quais deverão abordar essa temática em sua prática pedagógica e lidar com situações que exigirão intervenções conscientes e fundamentadas.

Ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, observa-se que a abordagem da temática das relações étnico-raciais encontra-se majoritariamente restrita às disciplinas voltadas à inclusão. Apesar disso, identifica-se que alguns docentes utilizam os espaços de suas respectivas disciplinas para inserir e promover discussões relacionadas à temática no desenvolvimento de seus conteúdos curriculares. Nesse sentido, Munanga (2005) fala que nós não recebemos em nossas formações, de cidadãos, professores, educandos um preparo para lidar com a diversidade. Segundo o autor

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (Munanga, p. 15).

Seguindo ainda essa perspectiva voltada à formação inicial docente, De Freitas Poso e Monteiro (2021) destacam que

Há necessidade de amplas discussões com problematização das injustiças sociais e abordagens de diversidade cultural, objetivando a democratização e o respeito entre todos. Há também a premência de andar na contramão da mecanização do processo ensino-aprendizagem, desassociando-se do modelo bancário e levando os licenciandos a refletirem sobre a profissão docente e a importância da atuação no magistério com práticas que sirvam para combater padrões educacionais que valorizem determinada cultura em detrimento de outra. [...] (De Freitas Poso e Monteiro, p. 6)

Ainda que o trecho analisado seja, em sua totalidade, extremamente pertinente, destaca-se, sobretudo, a necessidade de um olhar crítico voltado à reflexão sobre a prática docente. Para os(as) professores(as) que já atuam, refletir sobre sua própria atuação constitui um elemento fundamental nesse processo. Isso se torna particularmente relevante considerando que, mesmo que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição não contemple explicitamente a temática das relações étnico-raciais, cabe ao docente reconhecer que situações que envolvem discriminação e desigualdade continuam a atravessar os contextos educacionais. Dessa forma, torna-se necessário que essas questões sejam enfrentadas e incorporadas às discussões em suas respectivas disciplinas, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e conscientes.

Dando a importância de uma revisão do currículo uma vez que além de que a abordagem da temática seja necessária para os cursos de licenciatura, na área da Educação Física a temática aparece como uma valiosa ferramenta quando se trata em trabalhar com o corpo, através das danças, lutas, dos jogos e brincadeiras, que são conteúdos curriculares da área da Educação Física e possibilitam a implementação da temática.

Embora muitos(as) professores(as) tenham concluído sua formação inicial em um período anterior à implementação das referidas políticas públicas — o que, em certa medida, pode justificar a ausência de discussões sistematizadas sobre a temática —, a resolução em questão também abrange a formação continuada de professores. Nesse sentido, Nóvoa (2009) a formação docente deve ser compreendida como um processo permanente, que se estende ao longo de toda a trajetória profissional. Desse modo, cabe às instituições o compromisso de promover a construção do conhecimento de forma contínua.

Nessa perspectiva, a obra *Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil*, de Mello, Bolzan e Santos (2022), apresenta uma proposta de formação fundamentada em uma concepção não verticalizada, na qual o processo formativo não é realizado para os(as) professores(as), mas com eles(as), sendo construído a partir de relações baseadas no respeito, na parceria e no diálogo. Os autores afirmam acreditar na formação continuada como

Na formação continuada como um espaço-tempo para trocas de conhecimentos, para ampliação dos canais de reflexão e de interlocução entre diferentes histórias de vida, mediados pelas experiências pedagógicas desse coletivo. (Mello, Bolzan e Santos, p.24)

Trata-se de uma perspectiva considerada altamente eficaz, uma vez que não se restringe à transmissão unilateral do conhecimento, na qual um sujeito ensina e o outro apenas absorve. Ao contrário, essa abordagem fundamenta-se na troca de saberes entre o conhecimento teórico e os saberes construídos a partir da experiência, favorecendo o diálogo entre a temática das relações étnico-raciais e a área da Educação Física. Tal articulação torna-se particularmente pertinente, considerando que essa área contempla diversas manifestações culturais que dialogam diretamente com seus conteúdos curriculares, como as danças, as lutas, os jogos e as brincadeiras, possibilitando abordagens pedagógicas contextualizadas e culturalmente significativas.

Nesse contexto, impõe-se a necessidade de refletir criticamente sobre a elaboração de um currículo decolonial que incorpore diretrizes afirmativas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, de modo a promover o debate sistemático acerca das práticas discriminatórias

presentes nos contextos escolares, integrando-o aos componentes curriculares, utilizar de espaços extracurriculares como instâncias de fortalecimento dessa temática, por meio dos núcleos de pesquisa das universidades, ampliando a produção acadêmica, o desenvolvimento de projetos e a oferta de cursos de formação continuada, com o objetivo de qualificar a formação de futuros profissionais para atuação consciente e crítica nos ambientes educacionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) despertou meu interesse após três anos dedicados à pesquisa sobre a temática, ao longo de duas iniciações científicas. Durante esse processo investigativo, observou-se que a temática ainda não é abordada de maneira eficaz

nas aulas de Educação Física na Educação Básica, principalmente em decorrência da insuficiência de informações e conhecimentos por parte dos(as) professores(as). A partir dessa constatação, surgiu o questionamento acerca de como a EREER tem sido contemplada no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, considerando que o contexto educacional é permeado por práticas discriminatórias, nas quais o racismo se manifesta tanto de forma consciente quanto muitas vezes inconsciente. Frente a esse cenário, vivenciado nas instituições de Educação Básica, o(a) professor(a) assume papel central na tentativa de combater tais práticas discriminatórias, constituindo-se como agente fundamental na promoção de uma educação inclusiva e antirracista.

Os resultados obtidos neste estudo indicam uma mobilização insuficiente da temática das relações étnico-raciais no curso analisado, uma vez que apenas 3,08% das 356 produções examinadas abordam o tema. Esse dado evidencia, ainda, a dificuldade de implementação da temática nos currículos que orientam a formação inicial docente. Como apontado por Munanga (2005), os processos formativos, sobretudo na licenciatura, ainda não oferecem aos futuros professores a preparação adequada para lidar com a diversidade étnico-racial.

Diante desse cenário, torna-se imperativo refletir sobre a construção de um currículo decolonial, que contemple normas afirmativas relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. Tal currículo deve promover uma abordagem aprofundada da temática, evidenciando as múltiplas formas de inseri-la nos conteúdos curriculares da Educação Física. Ademais, deve possibilitar o debate sobre práticas discriminatórias presentes nos contextos escolares, estimular o engajamento dos estudantes por meio de pesquisas, projetos e cursos de formação continuada, e valorizar a cultura e a história afro-brasileira e indígena, conferindo-lhes a visibilidade e o reconhecimento que merecem.

O presente trabalho têm significativa relevância em minha formação acadêmica, pessoal e profissional, compreendidas de maneira indissociável. A partir das experiências vivenciadas em projetos de iniciação científica, surgiram inquietações relacionadas a uma temática de grande pertinência no quesito social, que atravessa cotidianamente crianças negras e indígenas nos contextos escolares, por meio de práticas discriminatórias de caráter racial.

Nesse sentido, o interesse em desenvolver esta pesquisa no âmbito da formação inicial fundamenta-se na necessidade de compreender como tais práticas se constituem nesses espaços, bem como de investigar estratégias de reflexão e debate com os(as) estudantes acerca da EREER e das possibilidades de enfrentamento ao racismo. Movimento formativo esse que mostra-se

essencial para o exercício da docência, especialmente considerando minha posição enquanto futura professora e mulher negra, comprometida ética e politicamente com a intervenção diante de situações de discriminação racial.

8. REFERÊNCIA

ABIB, P. R. J. Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 12, n. 1, p. 171-176, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645622/12922>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ALMEIDA, P. do R.; BOLZAN, É.; MELLO, A. da S. A Educação Das Relações Étnico-Raciais nas aulas de Educação Física em Centros Municipais de Educação Infantil de Vitória/ES. **Temas em Educação Física Escolar**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e2327, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33025/tefe.v8i1.3902>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. Editora Jandaíra, 2021.

BARBOSA, A. B. V. O jogo na educação física escolar como abordagem para discutir o racismo. 2022. 26f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BÔA, T. C. Educação Física e relações étnico-raciais na Educação Infantil: Histórias de vida, raça e gênero na docência. 2025. 73f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: L10639 (planalto.gov.br). Acesso em 21 jan. 2026.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: L11645 (planalto.gov.br). Acesso em 21 jan. 2026.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovado em 10 mar. 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 maio 2004. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2004.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 13-37.

DE FREITAS POSO, F.; MONTEIRO, E. P. A PERSPECTIVA DECOLONIAL NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Uma revisão de literatura. **Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE**, n. 23, p. 1-17, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v23i0.5358>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 17, n. 51, set./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300010>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DIAS, L. R. F. Educação Infantil e Relações Étnico-raciais: análise da utilização de bonecas

e bonecos como elemento de representatividade racial nas Unidades Municipais de Educação Infantil de Vila Velha/ES. 2023. 29f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

FERREIRA DA SILVA, O. H.; ROSA DIAS, L.; DANAE FERREIRA NUNES, M.; DE JESUS DAMIÃO, F.; NOGUERA, R.; CRISTINA ALVES, R. **Como se (re)educa para as relações étnico-raciais (ERER)?** : um convite para outras epistemologias na produção do conhecimento. SCIAS. Direitos Humanos e Educação, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4–7, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/sdhe.v8i2.10485>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FINCO, D.; OLIVEIRA, F. de. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, A. L. G. de; FINCO, D. (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FONSECA, I. D. S. D. C. As Manifestações de matriz africana e afro-brasileira: Uma Análise dos periódicos da Educação Física brasileira. 2025. 22f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido [recurso eletrônico]. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 2013. Disponível em: <https://faculdadeplus.edu.br/novosite/wp-content/uploads/2020/04/Paulo-Freire-Pedagogia-do-Oprimido.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pd f>. Acesso em: 22 jan. 2026.

JUNIOR, R. N. J. Capoeira na Educação Física escolar: Análise da produção científica em revistas da Educação Física (2000-2018) . 2019. 51f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MELLO, A. S.; BOLZAN, E.; SANTOS, S. F. Relações étnico-raciais na educação infantil: diálogos com a literatura afro-brasileira e africana, corporeidade e danças populares. **Campus dos Goytacazes: Encontrografia**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.52695/978-65-88977-94-1>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MOTA NETO, J. C. Da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NEGREIROS, D. F. de. **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes**. Editora UFABC, 2017.

NÓVOA, A. Professores: imagens do futuro presente. **Lisboa: Educa**, 2009.

SANTOS, G. F. DOS. Projeto PET-EF e escola: O Ensino da capoeira, um relato de experiência. 2018. 34f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SANTOS, S. F. dos. **Formação continuada com profissionais da Educação Infantil: Diálogos entre a corporeidade e temáticas da literatura afro-brasileira e africana**. 2022. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

SANTOS, T. D. P. DOS. Exterminio da juventude negra e pobre no Brasil: Processos de resistência e reinvenção de sujeitos. 2017. 20f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SILVA, P. B. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84806306.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, R. M. D. S. Educação Física na Educação Infantil: Prescrições curriculares, atividade docente e relações étnico-raciais. 2022. 85f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. **Belo Horizonte: Autêntica**, 2007.

SOARES, T. N. G. A. A capoeira como conteúdo sócio-histórico: Relações com a pedagogia histórico-crítica. 2016. 19f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SOUZA, J. P. M DE. A capoeira como conteúdo antirracista nas aulas de Educação Física escolar. 2025. 42f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

TOSTES, L. F. O processo de ensino-aprendizagem da capoeira na Educação Infantil. 2018. 29f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ**, p. 165-190, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.